RELIGIÃO: AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE E AUSÊNCIA COMO DIVERSIDADE NOS CURRÍCULOS ESCOLARES

RELIGION: AFFIRMATION OF IDENTITY AND ABSENCE AS DIVERSITY IN SCHOOL CURRICULUM

Geraldo José de Oliveira

RESUMO

O propósito deste artigo é discutir como a escola lida com a diversidade religiosa de seus educandos. Trata-se de uma discussão teórica e documental, tomando como base autores da área de Ciências Sociais e documentos que retratam o conteúdo pedagógico definido pelo sistema brasileiro e o plano elaborado pela escola da rede pública da cidade de Belo Horizonte.

Palavras-chave: Religião. Diversidade. Pluralismo. Escola pública. Catolicismo e crenças.

ABSTRACT

This article aims at discussing how the municipal school system of Belo Horizonte, M.G., Brazil deals with religious diversity. That discussion will be both of theoretical and documental order as it will be based upon the writings of Social Sciences' authors and documents portraying the pedagogical content defined by the Brazilian Educational system and the plan elaborated by that public net of schools.

Keywords: Religion. Diversity. Pluralism. Public school. Catholicism and beliefs.

INTRODUÇÃO

A pretensão deste estudo é analisar o debate desafiador sobre a urgência das escolas públicas de integrar em seus currículos e planejamentos a discussão sobre as diferenças religiosas, conforme proposta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394/96) que, em seu artigo 33, determina que o ensino religioso deve se pautar pelo respeito à diversidade cultural e religiosa, vedadas quaisquer formas de proselitismo (BRASIL, 1996).

A escola é o local onde mais se encontram diferentes identidades religiosas construídas no âmbito familiar e na comunidade de origem. Mais do que incluir o ensino religioso pautado no respeito ao outro, nos programas e nos currículos, é imprescindível estabelecer um diálogo profícuo com as pessoas procedentes de diferentes meios e tendências

religiosas, priorizando o respeito e a convivência pacífica. A religião é um elemento importante na vida das pessoas, nas representações sociais e simbólicas tanto dos educandos quanto dos educadores, também no contexto escolar.

No campo das Ciências Sociais, a religiosidade foi amplamente trabalhada, como, por exemplo, nos estudos de Durkheim (1978) e Geertz (1989) entre outros. Nessa área do conhecimento, a religião é tratada como elemento positivo de agregação de um coletivo social, por meio de sistemas simbólicos, seja como sentido para as buscas existenciais, seja como elemento de coesão social.

Importante ressaltar o (re)surgimento de diferentes grupos religiosos na modernidade, tendo como suporte os estudos de Valadier (1991) e as análises de Antoniazzi (2004), a partir do censo de 2000, que demonstram que o Brasil se tornou mais plural com o aparecimento de novos grupos religiosos, o que contribuiu para reduzir o número de adeptos do catolicismo e promover uma mudança significativa no cenário religioso.

Na área de educação, lançamos mão das reflexões de Cecchetti (2012) sobre a educação pública no Brasil que, historicamente, negou a existência das diferenças culturais e religiosas. Segundo ele, a educação no Brasil primou por um discurso monológico, identificando-se com as representações do catolicismo. Esse discurso permeou a construção dos currículos, planejamentos e calendários escolares.

Para ilustrar essa discussão, tomamos como referência o universo de uma escola pública de Belo Horizonte, onde os ritos e os ritmos ainda são predominantemente marcados pelo cristianismo propagado pelos grupos evangélicos e católicos.

A RELIGIÃO COMO OBJETO DE ESTUDO DA ANTROPOLOGIA

Sob a perspectiva antropológica, a religião é uma manifestação tipicamente humana e um fenômeno universal. Em qualquer sociedade, independentemente de suas formas de organizar, dos avanços tecnológicos e de sua compreensão de mundo, ela está sempre presente como que imantando comportamentos e possibilitando respostas para a transitoriedade e as angústias proporcionadas pelas contingências da vida.

Desde Durkheim (1978), Malinowski (1988), Geertz (1989) e outros sociólogos e antropólogos, incluindo alguns brasileiros, que os cientistas vêm se dedicando aos estudos sobre a religião, por compreender sua importância e a sua influência nas interações sociais, nas formas de organização do poder, nos hábitos alimentares, na construção de uma visão de mundo e dos valores éticos e na construção de identidades. Malinowski (1988) ressalta que

não existem povos sem magia e sem religião. “Em estudos sérios produzidos por observadores competentes sempre se detectou a presença do domínio do sagrado e do profano” (MALINOWSKI, 1988, p.19). De acordo com DaMatta (1999), a religião pode ser definida como um pacto ou um contrato que norteia as relações entre os homens e os deuses e os homens entre si. O seu intento é ordenar o mundo particularmente pela ideia de tempo e de eternidade, duas realidades que se relacionam com a existência humana.

Diferente de outros estudos que engendraram na religião uma concepção eminentemente depreciativa, o antropólogo Geertz (1989) procura, em suas pesquisas, demonstrar o lado positivo da religião para aqueles que nela se encontram inseridos. Para ele, religião e cultura não se dissociam e funcionam como forças poderosas que agem nas disposições humanas, provocando sentido, moldando comportamentos, estilo de vida e visões de mundo.

[...] o conceito de cultura ao qual eu me ateno não possui referentes múltiplos e nem qualquer ambiguidade fora do comum, [...] ele denota um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida (GEERTZ, 1989, p. 103).

A essência da vinculação da cultura como referente de significados para a religião possibilita a compreensão e a análise dos comportamentos humanos, a partir de suas crenças e práticas religiosas, não como obrigação social, mas como verdades que devem ser vivenciadas. A religião ajusta as ações humanas a uma ordem cósmica imaginada e projeta imagens na experiência humana como algo contínuo. O homem, de acordo com Geertz (1989), tem uma dependência em relação aos símbolos, que são decisivos até mesmo para a sua visibilidade como criaturas. Se a capacidade dos seres humanos de criar, apreender e utilizar símbolos falhar, isso representará o seu próprio caos e pode provocar ameaças. As ameaças são ancoradas em três pontos-limites: os de sua capacidade analítica, os de seu poder de suportar e os de sua introspecção moral. Crenças religiosas são tentativas do homem para explicar situações ou acontecimentos como a morte, os sonhos, as fugas mentais, as erupções vulcânicas, a infidelidade conjugal etc. Qualquer fracasso na tentativa de explicação dos acontecimentos da vida representa uma inquietação difícil de suportar.

Durkheim (1978), em seu livro *As formas elementares da vida religiosa*, apresenta, também, uma visão positiva da religião. Ele advoga que ela tem uma origem social e cumpre um papel de coesão e de manifestação dos anseios coletivos. A religião, ainda de acordo com

ele, é esse conjunto de crenças que as pessoas compartilham e se unem em torno de seus ritos, tipos de práticas sociais que têm a função de garantir o acesso ao sagrado e reproduzir valores, ideologias e crenças. O rito é o elemento da criação e recriação da prática social que mantém as forças de integração e aglutinação dos indivíduos de uma sociedade.

[...] a religião é uma coisa eminentemente social. As representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas; os ritos são maneiras de agir que nascem no seio dos grupos reunidos e que são destinados a suscitar, a manter ou refazer certos estados mentais desses grupos (DURKHEIM 1978, p. 212).

Na base de todos os sistemas de crenças e cultos, existe, necessariamente, segundo o mesmo autor, um sistema de representação de atitudes rituais, apesar da diversidade das formas. São esses elementos que constituem o que há de humano e eterno na religião. Com relação à sociedade, conforme o autor, todas as forças sociais tiveram origem na religião. Se a religião engendrou tudo que há na sociedade, portanto, a sociedade é a alma da religião. Por isso, para o homem, a religião é um fenômeno que produz forças inevitáveis que movem seu comportamento e que o ajudam a agir, no sentido de superar as dificuldades da existência. Ainda, para Durkheim, aquele que vivencia essas experiências não está preocupado com as teorias acerca da religião, mas com a possibilidade de ajudá-lo a viver.

O fiel que se comunicou com seu deus não é apenas um homem que vê novas verdades que o descrente ignora; ele é um homem que pode mais. Ele sente em si mais forças, seja para suportar as dificuldades da existência, seja para vencê-las. Ele está como que elevado das misérias humanas [...] (DURKHEIM, 1978, p. 222).

A religião e as crenças religiosas estão no centro das relações humanas, nas formas de visualizar o mundo, e são um importante referencial para as decisões e escolhas e para direcionar comportamentos, mas não são os únicos referentes, e nem existe só uma forma de vivenciar a religiosidade, ao contrário, existe uma diversidade de maneiras que variam histórica e socialmente.

DIVERSIDADE RELIGIOSA E MODERNIDADE

A modernidade foi edificada, tendo como base a crença exacerbada na razão, levada até as últimas consequências, e a confiança na ciência e na técnica como capazes de ajudar o homem a superar os entraves impostos pela natureza. A tríade razão, ciência e técnica, além de provocar uma transformação no homem em sua relação com o outro, e na sua compreensão

do mundo, também, lhe conferiu a confiança de que poderia viver, prescindindo de qualquer instância religiosa como propiciadora de sentido.

Analisando a tríade, as críticas produzidas pela razão desestabilizaram o homem nas suas relações com o semelhante, consigo mesmo e com a natureza. O homem moderno não encontra diante de si, como nas sociedades pré-modernas, paradigmas únicos e globais, políticos, religiosos ou econômicos que pudessem servir de referências para suas decisões. Pelo contrário, a sociedade moderna é plural e a autonomia do indivíduo o transformou em instância última e solitária em suas decisões. Por seu lado, a expansão da ciência e da técnica, objetivando a emancipação do homem, além de resultar na destruição do seu mundo habitado, fomentou a negação das referências simbólicas, por entender que suas construções não se conformavam às metodologias científicas, conforme Valadier (1991).

A proposta da modernidade de que o homem poderia varrer da estrutura social a religião e que a ciência e a técnica solucionariam seus desafios ou suas necessidades mais urgentes fracassou. Os avanços materiais não constituem respostas para suas inquietações existenciais, nem para as constantes buscas de sentido, e, para isso, a despeito do racionalismo, novos grupos religiosos (re)surgem, inclusive com características que degradam a razão, como as crenças em esoterismos, magia, revestidos de uma transcendência sem rosto denominada energia ou força, segundo Bingemer (1993). Portanto, o que caracteriza a modernidade, e sob certo aspecto o Brasil, é a pluralidade e a diversidade religiosa. No Brasil, religiões cristãs tradicionais como o catolicismo convivem com a expansão de novos grupos evangélicos, principalmente, com características pentecostais, e ainda outros grupos que se declaram sem religião. O censo de 2000 tem demonstrado esse crescimento, conforme análise de Antoniazzi (2004). Afirma ele que “temos assim um processo de diversificação religiosa, em que crescem as igrejas evangélicas (tradicionais ou pentecostais) e os sem religião” (ANTONIAZZI, 2004, p. 14). Essa expansão de novos grupos religiosos ganha maior agudeza nas regiões metropolitanas, tendo como consequência o fenômeno da migração e as estratégias de evangelização patrocinadas pelos grupos pentecostais.

Tabela 1 - Dados gerais sobre as religiões no Brasil

Anos	População Total	Católicos	Evangélicos de missão	Evangélicos pentecostais	Evangélicos não determinados	Outros	Sem religião
1980	119 009 778	105 860 063 89,0	4 022 330 3,4	3 863 320 3,2	X 2,8	3 310 980 1,6	1 953 085
1981	146 815 795	122 366 890 83,3	4 388 311 3,0	8 179 666 5,6	589 459 0,4	4 345 432 3,0	6 946 237 4,7
2000	169 872 856	124 980 132 73,6	6 939 765 4,1	17 617 307 10,4	581 383 0,3	7 261 866 4,3	12 492 403 7,4
2010	190 755 799	123 972 524 65,0	7 686 827 4,0	25 370 484 13,3	9 216 129 4,8	9 172 325 4,8	15 335 510 8,0

Fonte: IBGE, apud Jacob et al. 2013, p. 10

Como já de domínio público, Sanchis (1997) reforça que essa diversidade se acentuou com a expansão e a multiplicação de novos grupos religiosos. Se, num passado recente, o catolicismo era predominante na sociedade brasileira, sendo considerado como o único referencial possível, apesar de outras manifestações religiosas, as pesquisas têm demonstrado o surgimento de outras religiões no território nacional. Essa diversidade cultural e religiosa se manifesta, hoje, em todos os espaços socioculturais, inclusive nas escolas.

Foi-se o tempo em que, para ser considerado brasileiro, o recém-trazido ou o recém-descoberto ou ainda o recém-chegado devia ser católico ou receber o batismo e passar a professar o catolicismo. Foi-se também – ou vai-se rapidamente – o tempo em que o fiel presbiteriano, batista ou pentecostal, mais ainda o seu pastor [...] sentiam-se como “exilados” em meio a um espaço cultural no mínimo estranho [...] Certo monolitismo acabou. O pluralismo – pelo menos institucional – é crescente (SANCHIS, 1997, p. 28).

Para além da diversidade das crenças, o Brasil apresenta-se como território do pluralismo institucional religioso. As religiões que se criam ou recriam manifestam em suas propostas as relações com o sagrado. Essas diferentes crenças se expressam e se visibilizam no espaço escolar.

A RELIGIÃO SILENCIADA: uma análise da LDB (1996) e os projetos pedagógicos nas escolas públicas

O Brasil, não diferente da realidade mundial, é um país onde a religião se faz presente na vida do povo, conferindo sentido e razões diversas para lidar, inclusive, com as adversidades da vida, conforme constataram os estudos antropológicos. A religião na vida do brasileiro, de modo geral, não é algo acessório, mas elemento que faz parte da alma e da

essência do povo, e se manifesta em suas formas mais sutis e singulares: na produção e no manuseio dos alimentos, nas formas de vestir, nos relacionamentos, nas festas populares, na música, nos terreiros, nos templos, nas igrejas, nos batuques, nas danças, nas múltiplas formas de reverenciar a natureza, nas etapas da vida como o nascimento e a morte, nas despedidas, nas saudades e nos improvisos do cotidiano.

Esse cenário de pluralismo e diversidade religiosa, característica da sociedade brasileira, constituiu-se pela presença e pelo cruzamento das diferentes culturas, entre elas a dos portugueses, dos índios, dos diversos grupos africanos e a de outros povos que, no decorrer da história, ajudaram a formar a cultura da população brasileira. É também observada no micro espaço social que é a escola.

O ambiente escolar, para além da dimensão física, é o espaço de múltiplas experiências. Atores diversos, provenientes de lugares distintos, interagem, trocam experiências, compartilham valores éticos, criam vínculos, constroem e fortalecem suas identidades em suas relações recíprocas. A escola é o espaço onde se tornam visíveis as diferenças éticas, raciais e culturais, além de ser o palco da diversidade religiosa. Essas diferenças são apontadas tanto pelos docentes quanto pelos discentes e demais membros da comunidade escolar, devido à multiplicidade de comportamentos, atitudes, valores, símbolos, vestimentas, diferentes condutas e sinais sagrados, entre outros aspectos. São os atores sociais que, em suas múltiplas maneiras de se adaptarem ao meio social, adquirem configurações distintas.

A diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. As diferenças, por sua vez, são construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto de relações de poder (GOMES, 2003, p. 133).

De acordo com Cecchetti (2012), a escola não está inteiramente aberta, em seus discursos, programas e em sua organização de calendários, à possibilidade de atuar, levando em conta a diversidade religiosa presente em seu interior. É notável a existência do discurso monológico e homogeneizador, herança de uma escola autoritária e elitista que age, desconsiderando o contexto das diferenças. A não percepção e ou consideração dos múltiplos atores e crenças religiosas associados aos valores simbólicos e a imposição de determinados grupos ou cultura hegemônica são práticas históricas produzidas pela escola.

No processo civilizatório e colonizador da sociedade brasileira, a escola tornou-se um instrumento de propagação de preceitos do catolicismo e suas formas padronizadoras, cujos

efeitos redundaram na negação de outras tradições religiosas. Nos dias atuais, observa-se que o sistema de ensino não conseguiu, ainda, desarraigar-se desse modelo de pensar a comunidade escolar, embora se podem observar movimentos sociais de defesa das diferentes manifestações culturais e religiosas nos currículos escolares.

A ruptura com o discurso monocultural e confessional, conforme Cecchetti (2012), exige a alteração dos ritos e ritmos únicos, para a abertura à complexidade das culturas, para o reconhecimento de seu valor, símbolos e de suas crenças. A negação das diferenças influencia as construções das identidades dos educandos, porque os torna inseguros em relação aos seus referenciais, além de produzir, manter e perpetuar estigmas. Segundo Gomes (2003), lidar com as diferenças culturais, no contexto escolar, exige mudança da instituição em sua ação educativa. É necessária uma prática pedagógica que acolha a diferença e a semelhança e não a padronização de comportamentos e valores. Uma política educacional que não reconheça as diferenças, acaba por discriminar e torna incapaz a percepção da beleza e do fascínio da diversidade.

Avançar na construção de práticas educativas que contemplem o uno e o múltiplo significa romper com a ideia de homogeneidade e de uniformização que ainda impera no campo educacional. Representa entender a educação para além do seu aspecto institucional e compreendê-la dentro do processo de desenvolvimento humano (GOMES, 2003 p. 73).

Para efetivar o debate sobre as diferenças culturais e religiosas, no sistema de ensino brasileiro, foi aprovada LDB, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que, em seu artigo 33, determina que a educação religiosa seja baseada na diversidade cultural, sem proselitismo.

O ensino religioso de matrícula facultativa é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (BRASIL, 1996).

O desafio para implementar o conteúdo da referida lei demanda que ela seja contemplada nos planos e programas de ensino local e no cotidiano escolar. Porém, esta não é uma tarefa simples, pois a LDB não expressa, claramente, como trabalhar essa diversidade no contexto escolar, ficando a cargo de cada escola sua interpretação e efetivação na comunidade de ensino. Diante dessa liberdade de interpretação, surgem dúvidas se o trabalho com a diversidade englobaria a compreensão das culturas em seus aspectos históricos, como sua origem, formação e suas múltiplas transformações, em decorrência das influências e dos contextos socioeconômicos, ou se o estudo focaria os elementos rituais, com seus objetos

simbólicos e de crenças, ou tal estudo englobaria as doutrinas das referidas confissões religiosas do contexto brasileiro, ou ainda um trabalho que desperta a reflexão que desembocaria na constatação de que as diferentes culturas são respostas do homem em dado tempo e espaço, às suas buscas de sentido, e, a partir dessa ponte, suscitar a reflexão, que oriente à descoberta de um sentido para a vida. O que se observa nas escolas públicas, no entanto, é que a generalidade que a lei confere à questão da diversidade religiosa e cultural termina por manter em seus programas e currículos o distanciamento no tratamento das diferenças religiosas.

Acompanhando o trabalho de uma escola pública, numa região de periferia de Belo Horizonte, foi-nos possível perceber, no Plano Pedagógico Escolar (PPE), a existência de objetivos discutíveis, no que tange à diversidade cultural e religiosa, como, por exemplo, a proposta de anunciar um Deus apaixonado pela vida ou de apresentar a fé como experiência vivida em comunidade. Esse objetivo pode enveredar por dois caminhos, ou a escola tem um Deus que os educadores devem incutir no pensamento dos educandos, e com isso romper com a pretensão de pensar as diferenças e até a laicidade do Estado, ou a escola entende que, ao inserir esse objetivo, pressupõe que a crença em Deus é universal, absoluta e invariável para todas as tendências religiosas.

Nas entrevistas gravadas realizadas com os educandos e nos diálogos informais com os professores, quando perguntados sobre festas e celebrações previstas no calendário, não encontramos nas respostas menção alguma sobre um trabalho que contemplasse um objetivo pedagógico que auxiliasse o educando a criar um ambiente de convivência e respeito para com as diferentes identidades religiosas. A título de exemplo, citamos a festa da Consciência Negra, comemorada no dia 20 de novembro, após aprovação da Lei 10.639/2003, que tem como finalidade despertar a sociedade, e mais especificamente a população negra nacional, para a luta no combate a todas as formas de discriminação racial e conscientizar sobre a importância dos afrodescendentes na construção histórica do Brasil. Com suas diferentes contribuições no campo da arte, na organização social e política, nas suas múltiplas formas de compreensão do sagrado, da música e de outros aspectos, fica a mencionada festa limitada ao consumo de alimentos, músicas e danças, sem se enfrentar ou tematizar os desafios da religião afro-brasileira na sociedade brasileira.

O professor de Português, em depoimento, ressaltou que a comunidade escolar não abre, em seu cotidiano, um debate, no sentido de despertar a naturalidade para compreender as diferenças em seu aspecto positivo; ao contrário, os eventos festivos e as aulas são partes de um protocolo obrigatório. Na sua opinião, se esses aspectos fossem considerados, poderiam

contribuir para dissipar os estereótipos comumente observados nas rotinas no interior das instituições de ensino. Em suas aulas, na medida do possível, aquele professor procura discutir sobre o assunto.

Em entrevista com a bibliotecária, ela ressalta que um dia apenas não basta para se trabalhar o tema consciência negra; é preciso uma discussão franca e continuada para surtir um efeito positivo. Segundo uma funcionária, os alunos adeptos à Umbanda e ao Candomblé são vistos dentro da escola como alegoria, pessoas exóticas e desvirtuadas. Aliás, a cultura negra com seu gestual, suas danças e seus símbolos é ainda representada na consciência coletiva dos educandos como personificação do mal.

[...] O que a gente percebe é no seguinte: é que há uma castração das manifestações de outras religiões dentro da escola. Eu Tenho um aluno à noite que é da umbanda, ou do candomblé, e vi assim, ele ser aconselhado por um professor para não ficar comentando muito para não sofrer, discriminação, não sofrer preconceito. [...] Se houvesse né uma linha de respeito à diversidade cultural, a todas as diferenças, a escola ia traçar meios de as pessoas terem acesso às diversidades. Só que o próprio plano pedagógico da escola, ele não contempla a diversidade (Telma, docente).

Outra comemoração prevista no calendário, e que se tornou uma tradição no contexto escolar, é a festa junina, trazida ao Brasil pelos colonizadores portugueses com a qual homenageiam os santos católicos: Santo Antônio 13 de junho, São João 24 de junho e São Pedro 29 de junho. É uma típica celebração em que se mesclam elementos da cultura negra, da indígena e da do branco europeu, com danças, comidas e instrumentos musicais, e que se adaptou muito bem à vida na cidade, com o fenômeno da urbanização, e passou a fazer parte das festas escolares, conforme afirma Campos (2007).

Nas entrevistas com os docentes, especialmente com o professor que ministra a disciplina de Geografia, pudemos observar que o objetivo da festa junina não era celebrar as tradições religiosas no contexto social e escolar, e nem tão pouco estimular a compreensão das diferenças como uma riqueza da cultura brasileira, mas tão somente um ritual composto de comidas típicas, danças de quadrilhas, bebidas e outros elementos, seguindo o manual do calendário escolar, sem colocar em questão as origens e a representação simbólica do evento.

A escola também celebra o Dia da Família, que ocorre no mês de maio, em substituição ao Dia das Mães. Conforme a professora da disciplina Ensino Religioso, o motivo da mudança decorreu das transformações no interior das famílias na sociedade contemporânea. Os filhos de determinados segmentos sociais deixaram de ser criados exclusivamente pela mãe, que, muitas vezes, cria o filho sozinha, trabalha fora de casa para suprir as necessidades básicas da família e deixa os filhos com tios, avós, irmão ou irmã, ou

seja, com a família extensiva. Além disso, casais homoafetivos adotam crianças e organizam a família com papéis, regras e normas de acordo com os modelos vigentes. Por essa razão, é mais coerente uma festa de família do que de mãe.

Esta festa, apesar de objetivar a abertura às mudanças que ocorrem no contexto atual e que repercutem no contexto escolar, não consegue levar seu intento a efeito. Durante a fase de observação em campo, participei dessa festa junto com a comunidade escolar, e pude perceber que havia pessoas de diferentes tendências religiosas, mas a proposta oriunda do cristianismo representado pelos católicos e evangélicos foi a única considerada. Isso foi constatado pelas cantorias, orações e palestras dos cristãos, enquanto as demais religiões foram menosprezadas. As orações e os cânticos evangélicos e católicos davam a orientação de que a família de Nazaré, representada na Bíblia por Jesus, Maria e José, seria a única referência possível, contrariando o propósito do pluralismo familiar proposto pela festa e vigente atualmente.

As aulas de Ensino Religioso, com planejamento proposto pela Secretaria de Educação do Estado, através do Conteúdo Básico Comum (CBC), com temas de caráter filosófico, antropológico, conceitual e histórico, mesclado a temas morais e éticos, pode, inclusive, ajudar a desenvolver uma reflexão orientada para as diferenças culturais e religiosas e, com efeito, ajudar o educando a despertar o sentido da transcendência e criar a convivência pautada na diversidade. Mas as limitações da educação pública, como a ausência de recursos, a precariedade de material pedagógico, o número reduzido de aulas de Ensino Religioso, o excesso de trabalho dos profissionais de ensino e a falta de treinamento contínuo inviabilizam um trabalho orientado para a compreensão das diferenças culturais e religiosa.

[...] Não tem nada. Estado pra você ter uma ideia não tem nem atualização. Não valoriza. Olha o caso, o descaso. Não tenho nada. Se eu quiser fazer um curso eu tenho que me custear. Não chega material didático, não chega livro, não chega nada. [...] Às vezes eu pego pergunto se tem. Às vezes eu pego muitos livros de historia pra buscar textos informativos que eu possa trazer pra religião. Só assim. Aqui nunca chegou nada. Nunca se investe nessa área (Yara, docente).

As múltiplas limitações dos docentes no trabalho educativo, inclusive o descaso com a formação contínua, impedem pensar uma educação aberta e que seja capaz de valorizar e respeitar as diferentes crenças e vivências religiosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem o devido diálogo e um apreço à tolerância, não no sentido de aceitar simplesmente o outro pelo fato de ser diferente, mas de compreender que tais diferenças são constitutivas dos homens, que, enquanto seres sociais, não são homogêneos e têm desejos, expectativas e inquietações próprias e constroem sua realidade com base nos significados particulares, não poderemos nos expressar em termos de uma convivência pacífica, de exclusão de estereótipos e de guerras de cunho religioso.

A busca pelo sagrado como sentido de vida é inerente ao homem, independentemente de contextos sociais e históricos. Um dos caminhos que poderiam ajudar o educando a reconhecer e a respeitar as diferenças religiosas seria uma reflexão pautada na ética da alteridade. Nessa perspectiva, seriam ajudados não apenas a conviver com as diferenças culturais e religiosas, na corresponsabilidade, mas, também, a superar as discriminações entre as confissões religiosas cristalizadas historicamente. As instituições escolares poderiam exercer muito bem essa tarefa. Em lugar de se preocuparem somente com o repasse de conteúdos, poderiam colocar como ponto chave de sua ação educativa a preocupação e o cuidado com o outro, com suas semelhanças e diferenças.

O pluralismo das crenças e vivências religiosas no Brasil é notório, apesar de ter sido no passado escamoteada, em nome da hegemonia do catolicismo. Reconhecer as diferenças culturais e religiosas e integrá-las aos currículos e programas escolares sinaliza um passo para o reconhecimento das identidades religiosas do educando, e ainda o ajuda a compreender que as diferentes manifestações culturais constituem um patrimônio histórico. As diferenças culturais e religiosas, longe de ser sinônimo de inverdades ou inferioridades, são produtos das condições sócio-históricas.

REFERÊNCIAS

ANTONIAZZI, Alberto. *Por que o panorama religioso no Brasil mudou tanto?* São Paulo: Paulus, 2004.

BAPTISTA, Rachel Rua. *Do terreiro para as escolas: um estudo sobre as representações das religiões afro-brasileiras presentes no ensino de cultura afro-brasileira após a Lei 10.639.* 2011. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. *Alteridade e vulnerabilidade: experiência de Deus e pluralismo religioso no moderno em crise.* São Paulo: Edições Loyola, 1993.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 26 jul. 2016.

CAMPOS, Judas. Festas juninas nas escolas: lições de preconceitos. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, p. 589-606, 2007.

CAVALIERE, Ana Maria. O mal estar do ensino religioso nas escolas públicas. *Cadernos de pesquisa*, v. 37, n. 131, p. 303-332, maio/ago. 2007.

CECCHETTI, Elcio. Diversidade Religiosa e currículo escolar: presença, ausência e desafios. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL. 9, 2012, Florianópolis/SC. *Anais...* Florianópolis (SC): ANPED, 2012.

CUSTODIO Elivaldo Serrão; KLEIN Remi. Ensino religioso e dialogo inter-religioso nas escolas publicas: um desafio a ser enfrentado. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 36, p. 64-79, jan./abr. 2015.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social, as regras do método sociológico, o suicídio, as formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. *Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso*. Florianópolis (SC), 2015. Disponível em <<http://www.fonaper.com.br>> Acesso em: 10 jun. 2015.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. O ensino religioso nas escolas públicas do Brasil: discurso e poder frente ao pluralismo religioso. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 5, n. 16, p. 121-145, set. 2005.

GOMES, Nilma Lino. Educação e diversidade étnico-cultural. In: NOGUEIRA, Marise et al. *Diversidade na educação reflexões e experiências*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

JACOB, Cesar Romero et al. *Religião e território no Brasil 1991-2010*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2013.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Magia, ciência e religião*. Lisboa: Edições 70, 1988.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. *Ensino religioso: currículo básico do ensino fundamental*. Belo Horizonte: SEE, 2014.

OLIVEIRA, Amurabi. Aprendendo com as diferenças. *Revista estudos feministas*, v., 23, n. 3, p. 1023, 2015.

RECH, Vilma Tereza Brustolin. *Pluralismo religioso: diálogo e alteridade no ensino religioso*. 2009. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SANCHIS, Pierre. As religiões dos brasileiros. *Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião* da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 28-43, 1997.

SILVA, Eliane. Diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a Cidadania. *Revista de Estudos da Religião*, n. 2, p. 1-14, 2004.

SOUZA, Rodrigo. Novas perspectivas para o ensino religioso: a educação para a convivência e a paz. *Reflexão e ação*, v. 21, n. 1, p. 24-48, 2013.

TEIXEIRA, Faustino. O imprescindível desafio da diferença religiosa. *Revista interdisciplinar da mobilidade humana*, v. 20, n. 38, p. 181-194, 1980.

TOSTA, Sandra Pereira. Antropologia e educação: culturas e identidades na escola. *Revista Internacional de Investigación en Educación*, v. 3, n. 6, p. 413-419, jan./jun. 2011.

VALADIER, Paul. *Catolicismo e sociedade moderna*. São Paulo: Loyola, 1991.